

2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.

Exercícios findos em
31 de Dezembro de 2021 e 2020

CNPJ: 17.315.067/0001-18
NIRE: 42300038695 | Data Nire: 18/12/2012

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Parecer do Conselho Fiscal	8
Relatório dos Auditores Independentes	9
Demonstrações Financeiras.....	12
Balanço Patrimonial.....	12
Demonstração do Resultado do Exercício	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	15
Demonstração do Valor Adicionado.....	16
Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras	17

Relatório da Administração

Senhores representantes do Acionista Único, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da SCPAR Porto de Imbituba S.A., sociedade anônima de propósito específico, integralmente controlada pela SC Participações e Parcerias S.A., administradora do Porto Organizado de Imbituba em nome do Estado de Santa Catarina, submete à sua apreciação o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

1. Conjuntura

O Porto de Imbituba encerrou o ano de 2021 com 6.874.779 toneladas movimentadas, volume que consolida um novo recorde histórico anual para o complexo portuário e crescimento de 17,1% nas operações em relação ao ano de 2020, registrando 234% de crescimento em relação ao primeiro ano de administração pelo Estado de Santa Catarina em 2012. O porto público segue com predominância de operações graneleiras minerais e vegetais, com cerca de 81% de toda movimentação, mas sedimentando a capacidade de movimentação de diferentes cargas, como contêineres, carga geral e granel líquido. Os principais produtos movimentados em 2021 foram o coque de petróleo, seguido de contêineres, fertilizantes, sal e minério de ferro. Destaque ainda para o crescimento de seu nível de lucratividade em 24% se comparado ao ano anterior, registrando lucro líquido de R\$ 12.882.258 (Doze milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais). Avanços também na atração de novos negócios, sendo que uma das grandes conquistas da Autoridade Portuária foi o leilão do Terminal de Granel Líquido, realizado pelo Governo Federal em novembro. A área foi arrematada para um contrato de longo prazo de 10 (dez) anos, com possibilidade de prorrogação, sendo que espera a injeção de cerca de R\$ 25 (vinte e cinco milhões de reais) em investimentos na qualificação de sua infraestrutura, custeados integralmente pela iniciativa privada. Nesse contexto, a atuação da SCPAR Porto de Imbituba foi reconhecida com quatro condecorações no último ano: os prêmios nacionais Portos + Brasil 2021 com o terceiro lugar nas categorias de execução de investimentos planejados e Ranking Geral IGAP, que mede a eficiência de gestão dos Portos Públicos brasileiros. Foi condecorado com a Medalha Amigo da Marinha e, pelo sexto ano consecutivo, reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina pela sua responsabilidade social.

2. Desenvolvimento da Infraestrutura Portuária

No ano de 2021 a companhia registrou aportes de aproximadamente R\$ 3,5 (três milhões e quinhentos mil reais) em novos investimentos e cerca de R\$ 6,2 (Seis milhões e duzentos mil reais) em manutenção de suas instalações. Dentre as melhorias em infraestrutura, o ano ficou marcado pela entrega das bases definitivas de apoio à família dos caminhoneiros, a conclusão da obra de



reforma do Centro de Atividades Múltiplas e a requalificação da área do antigo Terminal Frigorífico, de localização privilegiada, próxima ao cais 1 e 2. O espaço teve suas edificações demolidas e a recomposição do terreno para realização de futuro arrendamento. Além disso, dois novos armazéns de lona foram construídos em parceria com a iniciativa privada, aumentando em 120 mil toneladas a capacidade de armazenagem estática de minérios no complexo portuário. Outro grande investimento foi a reforma da iluminação das vias internas, totalmente em LED e cabeamento subterrâneo, já em fase de testes. A novidade mais recente foi a publicação do edital de licitação do projeto executivo e obra de recuperação e reforço do cais 3. Esta será a maior obra já realizada pela SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que será financiada integralmente com seus recursos próprios. Além disso, a manutenção contínua da dragagem e da infraestrutura civil, elétrica e mecânica fazem com que as estruturas existentes permaneçam com qualidade ao atendimento adequado de seus usuários.

3. Relação Porto Cidade

Na esfera da relação porto-cidade, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. realizou Termo de Colaboração junto a Sociedade Beneficente São Camilo, destinando R\$ 2 (dois) milhões de reais para suprir o atendimento hospitalar e combate a pandemia no ano de 2021. Em setembro, foi reaberto a popular Capela São Pedro, destinada a visitação da comunidade e retomado o programa de visitas Porto de Portas Abertas, o qual tem sido realizado com a melhoria da situação sanitária. A autoridade Portuária também apoiou 20 (vinte) projetos culturais de Imbituba por meio do programa Carga Preciosa de Incentivo Fiscal. A administração também está participando das tratativas sobre a duplicação do Acesso Norte, que conecta o complexo portuário a BR-101, cujo projeto está sendo elaborado pela Secretaria de Infraestrutura (SIE) do Estado de Santa Catarina. Realizou agendas junto aos órgãos federais e estaduais para buscar resolução quanto a situação ambiental da área da antiga Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), espaço que fica ao lado do porto e a reativação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE Imbituba).

4. Aspectos Econômico-Financeiros

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. encerrou o ano de 2021 com um lucro líquido de R\$ 12.882.258,38 (doze milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos), o que representa um aumento significativo de 24% (vinte e quatro por cento) se comparado aos números registrados no ano imediatamente anterior. O resultado é importante, uma vez que não houve a realização das receitas da arrendatária Santos Brasil Participações S.A. em cerca de R\$ 33 (trinta e três) milhões, relativas a cláusula take or pay do contrato de arrendamento do TECON Imbituba, em decorrência de medida liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400. A Receita Operacional Líquida apresentou crescimento de cerca de 23% em relação ao ano de 2020, registrando a quantia total de R\$ 62.487 (Sessenta e dois milhões,

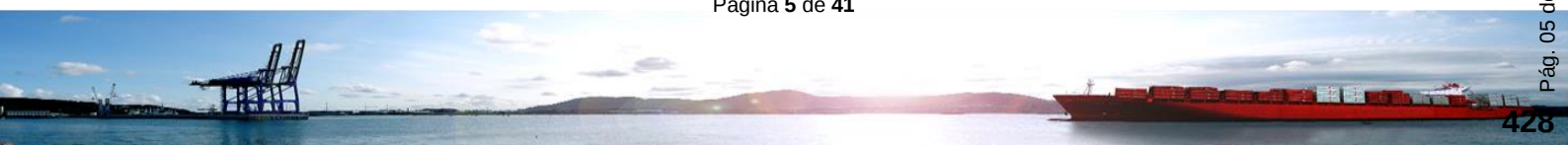
quatrocentos e oitenta e sete mil reais) no ano de 2021. Destaca-se a performance EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) que apresentou índice de 30% da Receita Líquida da empresa, devido principalmente ao crescimento de suas receitas pelo incremento das atividades de movimentação de cargas. Caso as receitas com o respectivo contrato TECON tivessem sido realizadas no ano de 2021, estima-se que a Receita Operacional Líquida saltaria para algo em torno de R\$ 91 (noventa e um) milhões de Reais e o Lucro Líquido para cerca de R\$ 32 (trinta e dois) milhões de Reais. Em que pese a não realização destas quantias, a Administração da Companhia está empenhando esforços para uma solução efetiva ao assunto o mais breve possível, demonstrando juridicamente a improcedência dos argumentos lançados pela arrendatária, bem como outras ações que preservem financeiramente a Administração Portuária. Mesmo com o cenário de instabilidade gerado pelos efeitos da Pandemia COVID-19 no decorrer do ano de 2021, as finanças da Companhia não sofreram grandes impactos em razão disso, uma vez que sua receita portuária advém principalmente da movimentação de cargas commodities, em especial de origem agrícola e mineral, os quais permaneceram em crescimento constante durante o último ano, comprovado pelo aumento na movimentação portuária em relação aos anos anteriores. A tabela a seguir exibe a composição efetiva do EBITDA da Companhia ao longo do tempo, demonstrando sua evolução durante o período de 2017 a 2021.

Gráfico 1 - Evolução do EBITDA entre os anos de 2017 a 2021 (em milhares de R\$)

	2017	2018	2019	2020	2021
Lucro do Período	10.654	26.261	36.992	10.381	12.882
IRPJ e CSLL	5.417	13.717	19.308	5.720	7.662
Resultado Financeiro	(3.434)	(3.495)	(5.027)	(6.315)	(3.564)
Outros Resultados	177	60	-	-	(62)
EBIT	12.815	36.543	51.273	9.786	16.918
Amortização	739	1.067	1.294	1.413	1.632
EBITDA	13.554	37.610	52.567	11.289	18.550
% Relação a Receita Líquida	30 %	56 %	61 %	24 %	30 %

5. Aspectos Operacionais

O ano de 2021 consagrou as atividades portuárias em Imbituba com a movimentação recorde histórica de 6.874.779 toneladas movimentadas, representando um crescimento em aproximadamente 17% em relação ao ano imediatamente anterior. O bom desempenho portuário concretizou 4 meses no topo da lista dos maiores volumes mensais que se tem registro na história do Porto: julho (717,8 mil t), outubro (694,4 mil t), maio (681,9 mil t) e agosto (667,1 mil t). Destaque para a otimização dos espaços disponíveis para as operações portuárias, com incentivos para ocupação, em especial do Berço II, com o programa Prêmio de Eficiência Portuária, que incentiva a realização de operações eficientes por seus usuários. Desde a assunção da administração



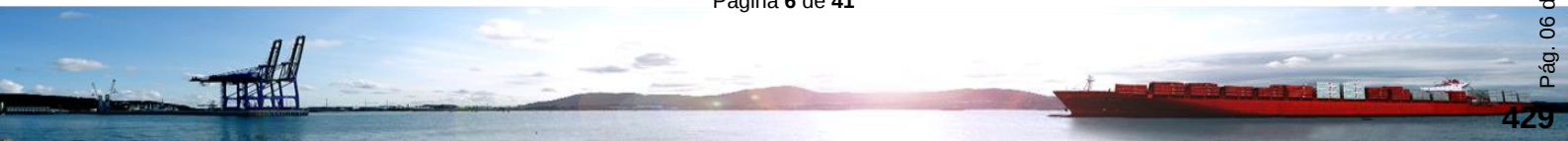
da Autoridade Portuária pelo Estado de Santa Catarina no ano de 2012, a movimentação portuária registra um crescimento expressivo de cerca de 234%. A tabela abaixo detalha a movimentação portuária composta pelos principais grupos de cargas nos últimos 5 (cinco) anos:

Gráfico 2 - Evolução da movimentação portuária por grupo de cargas (em milhares de toneladas)

Carga (Ton)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Variação
Granéis Agrícolas	2.309	1.630	1.613	1.900	1.654	1.290	(28%)
Granéis Minerais	1.602	1.806	1.983	2.107	2.621	3.516	46%
Fertilizantes	235	233	230	589	582	821	24%
Granéis Líquidos	135	104	123	51	10	21	110%
Carga Geral	113	56	206	275	242	401	66%
Contêiner	409	657	1.068	838	759	826	9%
TOTAL Toneladas	4.803	4.486	5.223	5.761	5.868	6.875	17 %
Atracações realizadas	255	250	289	240	228	285	25 %
Média por Navio (Ton x Mil)	19	18	18	24	26	24	(7 %)

6. Perspectivas

O Porto de Imbituba mantém relações comerciais com mais de 30 países e um portfólio diversificado de cargas atendidas, demonstrando sua flexibilidade operacional e abrindo espaço para novas operações. Isso permite, ano a ano, o crescimento da confiança do mercado. Soma-se a esses fatores, a previsão de safra recorde de grãos no Brasil e a consolidação dos embarques de minério de ferro em Imbituba, aspectos que contribuem para a perspectiva de mais um ciclo de desempenho financeiro positivo, e de resultado operacional recorde no Porto, com movimentação prevista em torno de 7,1 milhões de toneladas em 2022. No âmbito macro, a administração continua acompanhando o andamento das obras da BR-285, que conecta os mercados produtores da Região Norte gaúcha ao Sul catarinense. A rodovia pavimenta um corredor logístico que tem o Porto de Imbituba como solução facilitadora de fluxos de cargas e beneficia o deslocamento turístico interestadual. Dentro da poligonal, a Autoridade Portuária dará continuidade aos investimentos e melhorias em infraestrutura pactuadas em seu planejamento estratégico, buscando ampliar a eficiência do Porto e a qualidade dos serviços disponibilizados aos usuários. Dentre as ações previstas para 2022, estão o início das obras de recuperação e reforço do Cais 3, e as tratativas para a nova portaria (gate 4). Também permanecem sendo realizados o amplo controle ambiental, as iniciativas Porto-cidade, assim como as medidas de prevenção à transmissibilidade do coronavírus. Essas são ações relevantes e essenciais para a sustentabilidade do Porto, fruto de um trabalho comprometido com o desenvolvimento socioeconômico, integrado e harmonioso. A autoridade portuária tem a perspectiva de que o Porto movimente cerca de 7,1 milhões de toneladas no ano de 2022, superior aos números registrados no corrente ano findado. É nessa perspectiva responsável e comprometida com a sociedade e a comunidade portuária que a SCPAR Porto de Imbituba,



sociedade de economia mista do Estado de Santa Catarina continuará trabalhando para viabilizar o bom desempenho do Porto de forma eficiente e sustentável.

Conselho de Administração

Alexandre Amin Salum Jr (P)
José Roberto Martins
Antônio C. B. Guimarães Filho
Carlos Augusto T. de Carvalho
Casemiro Tércio Carvalho
Paulo Roberto D. Mundt
Sérgio Luiz Cury Carazza
Victor Baião Pereira

Conselho Fiscal

Marcio Cassol Carvalho (P)
João José Pereira Cavallazzi
Alessandro Rodrigues Marques

Diretoria Executiva

Fábio dos Santos Riera (P)
José João Tavares

Responsável Técnico

Elivelton Luiz Doré

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da SCPAR Porto de Imbituba S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, previstas no Art. 47 e 55 do Estatuto Social da Companhia, dando cumprimento ao que dispõem os incisos II, III e VII do Art. 163 da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, examinou o Relatório Anual de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhado de suas notas explicativas. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício e, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes, o conselho fiscal desta Companhia, é de parecer favorável, sem ressalvas de que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que os documentos estão aptos a serem submetidos a apreciação dos senhores representantes do acionista único.

Marcio Cassol Carvalho
Presidente do Conselho Fiscal

Julio Cesar Bernardi Cogo
Conselheiro Fiscal

**Alessandro Rodrigues de
Lemos Paula Marques**
Conselheiro Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SCPAR Porto de Imbituba S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SCPAR Porto de Imbituba S/A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos comas demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Clientes – Santos Brasil Participações S.A.

Conforme informações constantes nas notas explicativas 5 e 30.4, a Companhia Santos Brasil Participações S.A. protocolou pedido administrativo junto ao Ministério da Infraestrutura, por intermédio da Secretaria Nacional de Portos, solicitando a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba que possui junto a SCPAR Porto de Imbituba S.A, o qual encontra-se em análise, aguardando seu julgamento definitivo. A Companhia tem o direito ao recebimento anual de cerca de R\$ 40 milhões de reais provenientes deste contrato de arrendamento. Desta forma, considerando o princípio da prudência, apresentam-se os valores a receber a este título, tendo igual quantia registrada como conta redutora, uma vez que não há garantias de seu efetivo recebimento. Nossa opinião não contém ressalvas em virtude deste assunto.

Patrimônio líquido – Saldo de Reservas de Lucros

A Companhia possui um saldo excedente de reservas de lucros em relação ao seu capital social. Considerando as exigências do art. 199 da Lei nº 6.404/76, e devido às particularidades regulatórias

na qual a Companhia e sua Controladora estão inseridas, a administração iniciou os estudos para implementar as tratativas necessárias para o atendimento da referida legislação.

Reapresentação dos valores correspondentes do exercício social de 2020

Conforme mencionado na nota 2.5, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as informações contábeis correspondentes relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reclassificação de exercícios anteriores.

Outros Assuntos

Auditoria e Revisão do ano anterior por Outros Auditores

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 25 de março de 2021, sem ressalvas.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza

relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. f) Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Paulo Sérgio da Silva

Contador CRCPR 29.121/O-0 S-SC

Marlos Nanoni Reinert

Contador CRCPR 50.998/O-9 S-SC

Consult Auditores Independentes

CRCPR 2906/O-5

Balanço Patrimonial
(Em Milhares de Reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	94.119	89.736
Contas a Receber	5	2.331	3.357
Tributos a Recuperar	6	1.139	1.335
Despesas Antecipadas		163	164
Estoques	7	822	812
Outros Créditos		221	183
Total dos Ativos Circulantes		98.795	95.587
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		34.765	28.895
Depósitos Judiciais	8	34.640	28.770
Outros Créditos		125	125
Ativo Intangível	9	31.289	29.396
Total dos Ativos Não Circulantes		66.054	58.291
TOTAL DOS ATIVOS		164.849	153.878
PASSIVOS	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	10	577	1.074
Obrigações Tributárias	11	3.537	1.513
Obrigações Trabalhistas	12	2.780	2.512
Dividendos Propostos	13	5.816	11.843
Outras Obrigações		152	156
Total do Passivo Circulante		12.862	17.098
Não Circulante			
Obrigações Tributárias Suspensas	14	33.366	27.935
Provisão para Contingências	15	996	881
Total do Passivo Não Circulante		34.362	28.816
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16	50	50
Reservas de Lucros		117.575	107.914
Reserva Legal	17	10	10
Retenção de Lucros	18	107.904	100.118
Lucro a disposição da AGO		9.661	7.786
Total do Patrimônio Líquido		117.625	107.964
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		164.849	153.878

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício
(Em Milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Ano 2021	Ano 2020 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida	19	62.487	50.932
Receita Líquida de Serviços	19	58.963	46.623
Receita de Construção	19	3.524	4.309
Custo dos Serviços Prestados		(32.142)	(30.033)
Custo dos Serviços Portuários	20	(19.199)	(17.639)
Custo com Mão de Obra Direta	21	(7.787)	(6.672)
Amortizações	22	(1.632)	(1.413)
Custo de Construção	23	(3.524)	(4.309)
Lucro Bruto		30.345	20.899
Despesas		(13.365)	(11.113)
Despesas com Pessoal	24	(8.762)	(8.003)
Despesas Gerais e Administrativas	25	(4.665)	(2.475)
Outras Despesas		(1.649)	(1.364)
Outras Receitas		1.711	729
Resultado Antes dos Resultados Financeiros		16.980	9.786
Resultado Financeiro		3.564	6.315
Receitas Financeiras	26	3.604	6.337
Despesas Financeiras		(40)	(22)
Resultado Antes dos Tributos		20.544	16.101
Tributos Sobre o Lucro	27	(7.662)	(5.720)
Imposto de Renda		(5.629)	(4.200)
Contribuição Social		(2.033)	(1.520)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		12.882	10.381
Lucro por Ação (Em Reais)		257,64	207,63

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em Milhares de Reais)

Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Totais
	Reserva Legal	Retenção Lucros	Lucros a Disposição AGO			

Saldo em 31.12.2019	50	10	72.374	27.744	-	-	100.178
----------------------------	-----------	-----------	---------------	---------------	----------	----------	----------------

Mutações de 2020

Destinação para Reserva de Lucros	-	-	27.744	(27.744)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	10.381	-	10.381
Dividendos Propostos aos Acionistas	-	-	-	-	(2.595)	-	(2.595)
Lucros a Disposição da AGO	-	-	-	7.786	(7.786)	-	-

Saldo em 31.12.2020 (Reapresentado)	50	10	100.118	7.786	-	-	107.964
--	-----------	-----------	----------------	--------------	----------	----------	----------------

Mutações de 2021

Destinação para Reserva de Lucros	-	-	7.786	(7.786)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	12.882	-	12.882
Dividendos Propostos aos Acionistas	-	-	-	-	(3.221)	-	(3.221)
Lucros a Disposição da AGO	-	-	-	9.661	(9.661)	-	-

Saldo em 31.12.2021	50	10	107.904	9.661	-	-	117.625
----------------------------	-----------	-----------	----------------	--------------	----------	----------	----------------

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
(Em Milhares de Reais)

	Ano 2021	Ano 2020 (Reapresentado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos Impostos	20.544	16.101
Amortizações	1.630	1.413
(Aumento)/Redução em Contas a Receber	1.026	(135)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(37)	(74)
(Aumento)/Redução em Tributos a Recuperar	196	377
(Aumento)/Redução em Estoques	(10)	(81)
(Aumento)/Redução em Depósitos Judiciais	(5.870)	(11.229)
Aumento/(Redução) em Fornecedores	(497)	(314)
Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias	2.024	(7.534)
Aumento/(Redução) em Obrigações Trabalhistas	268	263
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(4)	(235)
Aumento/(Redução) em Obrigações de LP	5.546	11.634
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.662)	(5.720)
Fluxo de Caixa Gerado	17.154	4.466
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Adições ao Ativo Intangível	(3.523)	(4.309)
Fluxo de Caixa Gerado	(3.523)	(4.309)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos distribuídos ao Acionista	(9.248)	-
Fluxo de Caixa Gerado	(9.248)	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	89.736	89.579
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	4.383	157
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	94.119	89.736

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado
(Em Milhares de Reais)

	Ano 2021	Ano 2020
Receita Gerada	72.286	58.679
Receita de Serviços Prestados	68.762	54.370
Receita de Construção	3.524	4.309
Custo com Insumos Adquiridos de Terceiros	(29.213)	(24.894)
Serviços de Terceiros	(12.731)	(11.661)
Energia Elétrica Consumida	(1.572)	(1.425)
Outros Insumos	(11.386)	(7.499)
Custo de Construção	(3.524)	(4.309)
Valor Adicionado Bruto	43.073	33.785
Depreciação e Amortização	(1.632)	(1.413)
Valor Adicionado Líquido	41.441	32.372
Valor Adicionado por Receitas Financeiras	3.604	6.337
Valor Adicionado a Distribuir	45.045	38.709
Pessoal e Encargos	16.549	14.675
Remuneração Direta	12.972	11.359
Fundo de Garantia	763	663
Benefícios	2.814	2.653
Impostos, Taxas e Contribuições	15.574	13.631
Federais	12.136	10.912
Municipais	3.438	2.719
Remuneração de Capitais de Terceiros	40	22
Despesas Financeiras	40	22
Remuneração do Capital Próprio	12.882	10.381
Lucros Retidos para os Acionistas	3.221	2.595
Lucros Retidos em Reservas	9.661	7.786

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras (Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. é uma sociedade de economia mista com propósito específico constituída em 06 de setembro de 2012 pelo acionista único SC Participações e Parcerias S.A. para dar cumprimento aos dispositivos estabelecidos no Convênio de Delegação nº 01/2012 de 26 de novembro de 2012, por meio do qual a União delegou ao Estado de Santa Catarina a administração e exploração do Porto Organizado de Imbituba. Inicialmente a delegação ao Estado foi concedida a título provisório por prazo de até 2 anos, com vistas a garantir a continuidade das operações portuárias, sendo que no mês de setembro de 2014 o prazo de vigência do convênio de delegação foi alterado para 25 anos, até 15 de dezembro de 2037, com possibilidade de prorrogação por igual período. A Companhia possui como objeto social a administração da infraestrutura portuária do Porto organizado de Imbituba.

2. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei 6.404 de 1976 e suas alterações e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 4 de março de 2022.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram apresentadas com base no seu custo histórico, exceto se indicado de outra forma em notas explicativas.

2.3 Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre estimativas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão expostas nas seguintes notas explicativas 3.2) *Ativo Intangível* e 3.4) *Receita de construção e custo de construção*.

2.5 Mudança de Estimativa e Reconhecimento

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Como resultado dessas mudanças, as Demonstrações Financeiras do exercício social anterior estão sendo reapresentadas, para fins de comparabilidade, nos termos do que prevê o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As mudanças de critérios adotadas a partir de 01 de janeiro de 2021 correspondem ao reconhecimento da atualização monetária dos valores depositados judicialmente pela Companhia, cuja parcela de maior relevância refere-se à Ação de Imunidade Tributária n. 5002780-94.2016.4.04.7216. Desta forma, a tabela a seguir sintetiza as variações destas revisões nas demonstrações financeiras.

Contas Patrimoniais	Anterior	Ajustes	Reapresentado
Ativo Não Circulante	56.821	1.470	58.291
Realizável a Longo Prazo	27.425	1.470	28.895
Depósitos Judiciais	27.300	1.470	28.770
Passivo Não Circulante	27.346	1.470	28.816
Obrigações Tributárias Suspensas	26.465	1.470	27.935
Contas de Resultado	Anterior	Ajustes	Reapresentado
Despesas	(11.113)	-	(11.113)
Outras Despesas	(665)	(699)	(1.364)
Outras Receitas	30	699	729

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

3. Principais Políticas Contábeis Adotadas

As políticas contábeis adotadas são aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração desta Companhia e foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Lei Federal nº 6.404 de 1976 e suas alterações (Lei das Sociedades por Ações), juntamente com as normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. As principais políticas contábeis estão definidas a seguir.

3.1 Instrumentos Financeiros

3.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e representam a disponibilidade financeira imediata. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante grau de risco.

3.1.2 Contas a receber

Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente. Considerando o prazo curto de sua realização, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.1.3 Contas a pagar

Os valores divulgados aproximam-se de valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo, portanto, o valor contábil se aproxima do valor justo.

3.2 Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária. O prazo de exercício deste direito iniciou-se em 16 de dezembro de 2012, no qual, juntamente com seu termo aditivo firmado em 18 de setembro de 2014 estabeleceu o prazo de delegação de 25 anos, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período. A administração da Companhia entende que o exercício deste direito terá fim em 15 de dezembro de 2037, caso não

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



ocorra prorrogação do referido convênio. Os bens construídos e adquiridos pela Companhia reverterão ao poder concedente ao término deste convênio, portanto, tais valores são registrados em contrapartida de ativo intangível, representando o direito de cobrar de seus usuários pela utilização do serviço público. De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão. O critério de amortização dos ativos intangíveis é reconhecido tendo em vista o tempo restante do exercício deste direito incondicional de receber caixa, apropriando em seu resultado através do método linear. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados quando benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado em que ocorreu. Os ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento de sua baixa. Para a aplicação do *ICPC 01 – Contratos de Concessão*, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, a administração considerou os seguintes aspectos do Convênio de Delegação: a) O poder concedente controla e regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com o uso de sua infraestrutura e seu preço; b) O poder concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma, participação residual significativa na infraestrutura ao término do convênio de delegação. A Companhia entende que, em ambos os requisitos foram atendidos para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 02 de dezembro de 2011. A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado em virtude do convênio de delegação não transferir o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo convênio. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições estabelecidas neste convênio.

3.3 Reconhecimento de Receitas

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são registradas no resultado quando da certeza de sua realização, sendo as principais receitas originadas dos seguintes serviços: **a)** Serviços de Armazenagem: receita devida pelos usuários em razão da armazenagem de mercadorias na área do Porto organizado, destinadas ou oriundas de navios atracados no Porto de Imbituba; **b)** Infraestrutura Marítima I: receita devida pelo armador do navio ou seu representante para utilização do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios; **c)** Infraestrutura Marítima II: receita devida pelo armador do navio ou seu representante, destinado a manutenção do acesso marítimo e das águas abrigadas e profundas das áreas de fundeio de evolução e atracação dos navios; **d)** Infraestrutura Terrestre: receita devida pelos usuários pela utilização das instalações terrestres para as operações de carregamento e descarregamento de mercadorias no cais, acessos

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



terrestres, pátios de trânsito, instalações especializadas e vias de circulação internas, e ainda, as benfeitorias e os serviços respectivos, tais como iluminação e drenagem; **e)** Arrendamento Fixo: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pelo metro quadrado disponibilizado; **f)** Arrendamento Variável: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas por tonelagem de carga ou volume de contêineres; **g)** Arrendamento Contratual Mínimo: receita devida pelos arrendatários de áreas no Porto organizado definidas pela diferença do compromisso contratual de movimentação mínima assumida e a efetiva realização deste, através de contratos “*take-or-pay*”; **h)** Taxas Convencionais: receita devida pelos usuários pela utilização de serviços de pesagem, tráfego interno e demais serviços administrativos e operacionais; **i)** Serviços de Fornecimento: receita devida pelos usuários pela disponibilização do fornecimento de insumos comuns, assim entendidos como água potável e energia elétrica.

3.4 Receita de Construção e custo de construção

A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão determina que as empresas concessionárias de serviços, possuem, mesmo que, indiretamente, responsabilidade pela construção e melhoria da infraestrutura portuária delegada. Conforme item 43 da OCPC 05, quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Em geral, o concessionário é o responsável primário pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que há a terceirização dos serviços. O item 14 do ICPC 01 R1 determina que o concessionário contabilize as receitas e custos relativos aos serviços de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47. A Companhia não tem como objeto social os serviços de construção, mas a administração da infraestrutura portuária, sendo que para a melhoria das instalações portuárias realiza licitações públicas para contratação e execução dos serviços por terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para execução dos serviços. Desta forma, a Companhia julga não haver margem de lucro sobre esta atividade, sendo apresentado integralmente a receita e o custo de construção em valores equivalentes, não modificando os resultados apresentados no exercício social.

3.5 Tributos

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício através do Lucro Real, sendo de 15% acrescida de 10% sobre o lucro contábil ajustado (Lalur) excedente a R\$ 240.000,00 para o imposto de renda e a 9% para a contribuição social.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



3.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.7 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia elaborou a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.8 Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor adicionado (DVA) individual nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

3.9 Ajuste a Valor Presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são os saldos a receber de clientes e as contas a pagar de fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos médios de liquidação serem inferiores a 60 (sessenta) dias.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados em valores disponíveis em caixa e conta corrente da Companhia e aplicações financeiras de liquidez imediata com insignificante risco, representadas pelo valor líquido de resgate na data de encerramento do exercício, sendo remunerados em média de 75% a 100% da variação da CDI.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



	31/12/2021	31/12/2020
Bens Numerários disponível em Caixa	4	4
Depósitos Bancárias em Conta Corrente	-	229
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	94.115	89.503
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	94.119	89.736

5. Contas a receber

As contas a receber representam os valores a serem realizados em caixa relativos as receitas oriundas da atividade portuária. O prazo médio de recebimento é inferior a 25 (vinte e cinco) dias. Os títulos vencidos, quando de seu efetivo recebimento são acrescidos de 2% (dois por cento) de multa moratória, assim como a aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, observados ainda as particularidades previstas em contrato. A Companhia não registra provisão para perdas, visto que a administração entende não haver risco no recebimento destes direitos e, nem ajuste a valor presente conforme justificativa explícita na nota explicativa 3.9.

	31/12/2021	31/12/2020
Vencidos a menos de 30 dias	-	136
A vencer em até 30 dias	2.331	3.221
Saldo a receber Take or Pay TECON [a]	64.150	30.812
(-) Suspensão Judicial TECON [a]	(64.150)	(30.812)
Total	2.331	3.357

a) Em 29 de Abril de 2020, a arrendatária Santos Brasil Participações S.A. logrou êxito no pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 junto a 1ª Vara Federal Cível da SJDF para suspender os efeitos da cobrança de valores a título de cláusula *take or pay* junto ao Arrendamento do Terminal de Contêineres. O valor suspenso perfaz a quantia de R\$ 64.150.370,73 (Sessenta e quatro milhões, cento e cinquenta mil, trezentos e setenta reais e setenta e três centavos). Desta forma, considerando o princípio da prudência, apresenta-se os valores a receber a este título, tendo igual quantia registrada como conta redutora, uma vez que não há garantias de efetivo recebimento. Na nota explicativa 30.4 é apresentado com ênfase o detalhamento desta lide.

6. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar representam valores decorrentes de estimativa de Imposto de Renda a ser retido no resgate das aplicações financeiras. Os valores são apresentados pelo custo histórico, acrescidos de atualização pela Taxa Selic, quando aplicável.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



	31/12/2021	31/12/2020
COFINS a Recuperar	-	80
IRRF Estimado s/ Aplicações Financeiras	1.139	747
Imposto de Renda a Recuperar	-	329
Contribuição Social a Recuperar	-	112
Atualização Selic s/ Tributos Recuperar	-	67
Total	1.139	1.335

7. Estoques

Representa os valores de estoques destinados a pronto consumo ou a manutenção da infraestrutura portuária que necessitem de fornecimento imediato.

	31/12/2021	31/12/2020
Material de Expediente	16	10
Material de Limpeza	18	25
Material de Manutenção Civil	231	195
Material de Manutenção Elétrica	520	533
Material de Manutenção Tecnológica	37	49
Total	822	812

8. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais de natureza regulatória, trabalhista ou tributária. A principal quantia depositada judicialmente pela Companhia refere-se à Ação declaratória em face da União Federal nº 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sendo melhor detalhado na nota explicativa 29.2

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Judiciais Regulatórios	718	403
Depósitos Judiciais Trabalhistas	416	372
Depósitos Judiciais Tributários	103	23
Depósitos Recursais	37	37
Depósito Judicial Imposto de Renda	30.388	26.465
Atualização – Depósito Judicial Imposto de Renda	2.978	1.470
Total	34.640	28.770

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

9. Ativo Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação junto a União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso da infraestrutura portuária conforme critérios estabelecidos na nota explicativa 3.2.

Movimentação do Ativo Intangível				
Intangível Bruto	Saldo 2020	Adições	Alienações	Saldo 2021
Infraestrutura Marítima	3.143	0	0	3.143
Infraestrutura de Acostagem	6.609	0	0	6.609
Infraestrutura Terrestre	10.247	42	0	10.289
Infraestrutura Armazenagem	2.573	0	0	2.573
Equipamentos Portuários	1.279	0	0	1.279
Administração	6.897	2.720	0	9.617
Obras em Andamento	3.616	708	0	4.324
Outros Ativos Intangíveis	88	53	0	141
Total	34.452	3.523	0	37.975

O demonstrativo do ativo intangível líquido, já considerando a dedução da amortização acumulada ao longo do período é representado no quadro a seguir.

Ativo Intangível Líquido				
	Intangível Bruto	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	Taxa Média Amortização
Infraestrutura Marítima	3.143	(640)	2.503	5 %
Infraestrutura de Acostagem	6.609	(1.304)	5.305	5 %
Infraestrutura Terrestre	10.289	(2.375)	7.914	5 %
Infraestrutura Armazenagem	2.573	(638)	1.935	5 %
Equipamentos Portuários	1.279	(269)	1.010	5 %
Administração	9.617	(1.419)	8.198	5 %
Obras em Andamento	4.324	-	4.324	5 %
Outros Ativos Intangíveis	141	(41)	100	9 %
Total	37.975	(6.686)	31.289	5,5%

10. Fornecedores

Representa as obrigações de curto prazo com fornecedores referente a compromissos assumidos anteriormente a data de encerramento do exercício social, tendo como prazo médio de liquidação

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

inferior a 30 (trinta) dias da data de encerramento do exercício social, não existindo títulos inadimplentes por parte da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

11. Obrigações Tributárias

Registra os valores de impostos e contribuições federais e municipais a serem recolhidos em exercícios subsequentes, compreendendo tributos próprios e retidos de terceiros, segregados conforme apresentado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto sobre Serviço	329	293
PIS e COFINS	488	362
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.541	513
Tributos Retidos	179	345
Total	3.537	1.513

12. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Contempla os valores de obrigações trabalhistas e previdenciárias, compreendendo: a) Obrigações com Pessoal: Salários do pessoal, honorários da diretoria e conselheiros, rescisões a pagar, imposto de renda retido na fonte sobre salários e pensão alimentícia a repassar; b) Obrigações Previdenciárias: fundo de garantia e previdência social a recolher, contribuição e mensalidade sindical e outras obrigações; c) Obrigações Férias/13º Salário e encargos: constituem as obrigações de férias e décimo terceiro salário com encargos sociais apropriados mensalmente pelo regime de competência. Os valores são segregados de acordo com o quadro a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações com Pessoal	1.008	753
Obrigações Previdenciárias	382	490
Obrigações Férias/13º Salário/Encargos	1.390	1.269
Total	2.780	2.512

13. Dividendos Propostos

O Estatuto Social da Companhia, a política de distribuição de dividendos e o convênio de delegação nº 01/2012 prevê a distribuição de dividendos mínimos, de acordo com a Lei 6.404 de 1976 até o montante máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício social. Os lucros retirados, por determinação do convênio de delegação deverão ser revertidos em

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante prévia autorização do Poder Delegante. Os valores são registrados de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos. Sendo assim, apresenta-se a seguir os valores reservados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., decorrente dos dividendos devidos nos termos do Convênio de Delegação nº 01/2012.

	2021	2020
Dividendos devidos no início do exercício social	11.843	9.248
(+) Adição de 25% do lucro líquido do exercício corrente	3.221	2.595
(-) Dividendos distribuídos ou creditados ao acionista	(9.248)	-
Saldo no Final do Exercício	5.816	11.843

14. Obrigações Tributárias Suspensas

A SCPAR Porto de Imbituba S.A. ajuizou ação tributária em face da União Federal para reconhecimento de Imunidade Tributária Recíproca, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1988, em relação aos tributos de competência da União, impostos previstos no art. 85 da CF 1998, além das contribuições: CSLL, PIS e COFINS, através da Ação 5002780-94.2016.4.04.7216. Houve a concessão em primeiro e segundo grau da Imunidade Tributária do Imposto de Renda, sendo que a administração da Companhia optou em depositar judicialmente o montante integral devido de imposto de renda, suspendendo a exigibilidade da cobrança destas quantias. Desta forma, passou a ser reconhecido o montante devido a título de Imposto de Renda como exigibilidade suspensa no passivo não circulante a partir da competência de apuração de abril de 2018.

15. Provisão para Contingências

A Companhia reconhece como perda provável os passivos contingentes de natureza trabalhista e regulatória, conforme detalhado no quadro abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Ação Federal 5004763-82.2021.4.04.7207	136	136
Ação Federal 50300.010010/201965	-	13
Ação Federal 5008554-59.2021.4.04.7207	80	-
Ação Trabalhista 0000395-04.2020.5.12.0043	-	13
Ação Trabalhista 0000814-58.2019.5.12.0043	45	45
Ação Trabalhista 0000085-43.2019.5.12.0043	46	46

Continua (...)

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

(...) Continuação

	31/12/2021	31/12/2020
Ação Trabalhista 0000015-78.2020.5.12.0043	33	33
Ação Trabalhista 0000191-91.2019.5.12.0043	8	8
Ação Trabalhista 0000276-77.2019.5.12.0043	49	49
Ação Trabalhista 0000047-83.2020.5.12.0043	17	17
Ação Trabalhista 0001308-20.2019.5.12.0043	295	295
Ação Trabalhista 0000906-07.2017.5.12.0043	28	28
Ação Trabalhista 0000609-08.2018.5.12.0029	63	63
Ação Trabalhista 0000193-61.2019.5.12.0043	40	40
Ação Trabalhista 0000485-46.2019.5.12.0043	95	95
Ação Trabalhista 0000118-51.2021.5.12.0043	61	-
Total	996	881

16. Capital Social

Representa o investimento inicial realizado pelo acionista único *SC Participações e Parcerias S.A.* em 26 de dezembro de 2012 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) como integralização do capital social de sua subsidiária integral, nos termos previstos no Art. 5º e seguintes da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

17. Reserva Legal

Corresponde aos valores destinados a constituição de Reserva Legal, correspondente a 20% do Capital Social registrado, nos termos do Art. 193 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

18. Retenção de Lucros

Registra os valores não destinados e retidos pela Companhia, dos lucros apurados em exercícios anteriores e no exercício atual, nos termos do Art. 196 da Lei Federal nº 6.404 de 1976.

19. Receita Operacional Líquida

Nos termos do Art. 12 do Decreto Lei nº 1.598 de 1977, incluído pelo Art. 2º da Lei Federal 12.973 de 2014, a Receita Operacional Líquida da Companhia no ano de 2021 foi de R\$ 62.487 (Sessenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil reais), conforme valores segregados a seguir:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



	2021	2020
Receita Bruta dos Serviços Portuários [a]	105.543	89.126
Receita Bruta de Construção [b]	3.524	4.309
(-) Cancelamentos por Determinação Judicial [c]	(33.338)	(30.812)
(-) Desconto e Premiações [d]	(3.443)	(3.944)
(-) Tributos Diretos sobre Serviços [e]	(9.799)	(7.747)
Receita Operacional Líquida	62.487	50.932

[a] A receita bruta dos serviços portuários é compreendida pelas receitas tarifárias arrecadadas conforme exposto na nota explicativa 3.3, nos termos do Art. 12 do Decreto Lei nº 1.598 de 1977, sendo destacado abaixo a evolução comparativa:

	2021	2020
Serviços de Armazenagem	836	1.076
Infraestrutura Marítima I	11.772	10.019
Infraestrutura Marítima II	11.727	8.892
Infraestrutura Terrestre	14.123	11.583
Arrendamento Fixo	8.881	7.120
Arrendamento Variável	22.126	17.506
Arrendamento Contratual Mínimo	33.563	30.812
Taxas Convencionais	1.644	1.399
Serviços de Fornecimento	871	719
Total	105.543	89.126

[b] A receita de construção foi reconhecida no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, conforme a nota explicativa 3.4.

[c] A dedução a título de cancelamentos considera a decisão judicial referente a suspensão em medida liminar ajuizada pela arrendatária Santos Brasil Participações S.A. nos autos do processo 1032707-38.2020.4.01.0000, conforme melhor se detalha na nota explicativa 30.4.

[d] Os valores representam os descontos e premiações concedidas nas tarifas públicas no Porto de Imbituba, especificamente nas tabelas de Inframar I e Inframar II pela aplicação do programa Prêmio de Eficiência Portuária.

[e] Representa os tributos diretos incidentes sobre as receitas oriundas dos serviços portuários prestados, compreendendo a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) na ordem de 7,6 %, a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) em 1,65% e o Imposto sobre Serviços (ISS) em 5,00 %.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



20. Custos dos Serviços Prestados

O resumo dos principais custos na prestação dos serviços portuários da Companhia está apresentado a seguir:

	2021	2020
Consumo de Energia Elétrica	1.572	1.425
Custos com Serviços Ambientais	204	676
Custos com Serviços de Dragagem e Batimetria	5.467	3.383
Custos com Serviços de Limpeza da Área Portuária	1.077	972
Custos com Serviços de Monitoramento Ambiental	854	1.082
Custos com Serviços de Segurança Portuária	2.860	2.711
Custos com Serviços de Terceiros	2.269	2.837
Custos com Manutenção das Vias de Acesso	1.649	2.622
Custos com Manutenção Civil e Elétrica	3.003	1.604
Custos com Manutenção em Geral	1.520	1.459
Outros Custos	610	527
(-) Créditos Tributários de Pis e Cofins	(1.886)	(1.659)
Total	19.199	17.639

21. Custo com Mão de Obra Direta

A composição do custo com mão de obra direta, aquela no qual inclui os empregados alocados em setores de infraestrutura, operações portuárias, meio ambiente e segurança são segregados abaixo:

	2021	2020
Salários e Ordenados	3.952	3.328
Encargos Sociais	1.633	1.392
Provisões de 13º Salário e Férias	819	665
Benefícios	1.383	1.287
Total	7.787	6.672

22. Amortizações e Depreciações

A composição das amortizações corresponde aos valores registrados no resultado decorrentes do registro contábil de acordo com o que prevê a nota explicativa 3.2 em contrapartida do ativo intangível da Companhia, considerando a parcela apropriada no exercício corrente:

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

	2021	2020
Amortização Infraestrutura Marítima	157	149
Amortização Infraestrutura Acostagem	332	332
Amortização Infraestrutura Terrestre	493	487
Amortização Infraestrutura de Armazenagem	121	57
Amortização de Outros Ativos	529	388
Total	1.632	1.413

23. Custo de Construção

O custo de construção foi reconhecido no exato valor das adições ao ativo intangível da Companhia no exercício social, em igual contrapartida aos valores de receita de construção, nos termos da orientação OCPC 05 e CPC 47, conforme apresentado na nota explicativa 3.4.

24. Despesas com Pessoal

A composição das despesas com pessoal da Companhia, aquela no qual inclui os empregados alocados em setores de administração da empresa, diretorias e conselhos, são segregados abaixo:

	2021	2020
Salários e Ordenados	3.829	3.466
Remuneração da Administração	1.097	1.052
Encargos Sociais	1.678	1.471
Provisões de 13º Salário e Férias	726	648
Benefícios	1.432	1.366
Total	8.762	8.003

25. Despesas Gerais e Administrativas

O resumo das principais despesas de caráter administrativo da empresa, estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Serviços de Terceiros	2.064	1.475
Consumo de Materiais	402	421
Publicações e Propagandas	68	90
Auxílio Financeiro Hospital São Camilo	2.000	-
Outras Despesas	131	489
Total	4.665	2.475

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

26. Receitas Financeiras

Representa os valores líquidos dos resultados financeiros apurados pela Companhia durante os exercícios, sendo demonstrados conforme quadro abaixo:

	2021	2020
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.688	2.276
(-) Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(176)	(309)
Juros e Multas recebidas	78	4.355
Outras Receitas Financeiras	14	15
Total	3.604	6.337

27. Tributos Sobre o Lucro

O Imposto de renda e a contribuição social é apurado pela sistemática do lucro real, sendo a base de cálculo apurada, deduzindo as adições e exclusões no Livro de apuração do lucro real, bem como o valor devido de imposto de renda, já deduzido das doações e destinações legalmente possíveis, considerando o Regulamento de Imposto de Renda previsto no Decreto Federal nº 9.580 de 2018. Destaca-se que os valores devidos estão sendo depositados judicialmente, conforme relatado na nota explicativa de n. 29.2

	2021	2020
Resultado antes dos Tributos	20.544	16.101
(+) Adições de Despesas Não Dedutíveis	5.045	794
(-) Exclusões de Receitas Não Tributáveis	(2.995)	-
(=) Base de Cálculo do IRPJ e CSLL	22.594	16.895
Devido de IRPJ a alíquota de 15%	3.389	2.534
Devido de Adicional de IRPJ a alíquota de 10 %	2.240	1.666
Devido de Contribuição Social a alíquota de 9%	2.033	1.520
Total devido de IRPJ e CSLL	7.662	5.720

As adições de despesas não dedutíveis correspondem a constituição de provisões para contingências, bem como a atualização destas quantias no passivo não circulante. Constatam também como despesas não dedutíveis os valores de doações a entidades e demais despesas não reconhecidas como dedutíveis na apuração dos tributos sobre o lucro. No que se refere as exclusões, estas correspondem a atualização de valores depositados judicialmente e a reversão de provisões para contingências registradas no passivo não circulante da Companhia.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

28. Gestão de Riscos Financeiros

28.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia possui operações onde são envolvidos instrumentos financeiros, os quais são objeto de registros em contas patrimoniais de modo a reduzir eventual exposição a riscos de moeda e taxas de juros, assim como, manter a capacidade de investimentos, objetivando o contínuo crescimento. A administração destes riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, que estabelecem limites a processos. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção, avaliação da Companhia, sobre as quais se fundamenta as decisões tomadas pelo Conselho de Administração. Quanto às aplicações de recursos, a Companhia elege instituições financeiras assim como as quantias aplicadas.

28.2 Fatores de Riscos Financeiros

A atividade da Companhia não está isenta de riscos financeiros, estando ela submetida a riscos de mercado e a risco de crédito. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros, por isso busca minimizar eventuais efeitos que sejam nocivos ao seu desempenho. A gestão de risco é realizada pela Administração, que identifica, avalia e protege desses eventuais riscos, estabelecendo princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxas de juros, risco de crédito e investimentos de excedentes de caixa. Os métodos de mensuração são os estabelecidos para os pretéritos, salvo eventuais questões que seja destacado em contrário a presente nota.

28.3 Risco de Crédito

O risco de crédito que decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos bancários, créditos de clientes e demais valores a receber é administrado corporativamente pela Companhia. Os limites de riscos individuais são monitorados regularmente e mensurados com base nas classificações internas, ou externas, de acordo com a orientação da Diretoria. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a Administração não espera qualquer perda decorrente de inadimplência.

29. Ativos Contingentes

29.1 Ação de Consignação em pagamento

Em 2013, a arrendatária Santos Brasil Participações S.A. depositou em juízo os valores devidos relativos à cláusula *take or pay* do contrato TECON, sendo que os valores atualizados e em

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras

discussão correspondem a aproximadamente R\$ 25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de reais). Existe a possibilidade de liberação judicial à SCPAR Porto de Imbituba S.A. da integralidade destes valores consignados. O processo foi remetido para a Justiça Comum Estadual, em virtude da declaração de incompetência absoluta do Juiz Federal face a exclusão da União do Polo Passivo por inexistência de seu interesse no feito. Atualmente, o número do processo é 0009785-15.2016.8.24.0023, tramitando na 3ª Vara Cível da Capital Florianópolis. O juízo de 1º grau sentenciou em benefício da Companhia Docas de Imbituba, sendo que foram opostos Embargos de Declaração com o objetivo de esclarecer diversos pontos e inconsistências não analisados quando da prolação do juízo de mérito. Estes foram conhecidos e parcialmente providos, mantendo-se a sentença em quase a sua plenitude. Após, foi interposto Recurso de Apelação, além da Estatal, pela Companhia Docas de Imbituba e pela CRB Operações Portuárias S.A. A banca de advogados está focada em provar em juízo que a consignante Santos Brasil Participações S.A. sabia que os valores deveriam, desde o princípio, serem destinadas à SCPAR Porto de Imbituba S.A., devendo a ação ser julgada totalmente improcedente, revertendo-se os valores residuais a esta sociedade. Por outro lado, houve o pedido de atribuição de sucumbência à SC Participações e Parcerias S.A., proporcional à 2/3 do valor total do processo. Assim, é necessário atribuir o conceito possível ao processo. Devemos destacar, no entanto, que quem é parte, em alguns dos processos, é a SC Participações e Parcerias S.A., porém o direito pretendido são valores decorrentes do Convênio de Delegação da SCPAR Porto de Imbituba S.A., não sendo possível concluir neste momento a qual pessoa jurídica seria atribuída a responsabilidade por este valor.

29.2 Imunidade Tributária

Foi protocolado, através da ação nº 5002780-94.2016.4.04.7216 junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ação declaratória em face da União Federal para reconhecimento de Imunidade Tributária Recíproca, em razão de suas atividades constituírem serviço público por essência, prevista no art. 150, VI, inciso a, da Constituição Federal de 1998, em relação aos tributos de competência da União, impostos previstos no art. 85 da CF 1998, além das contribuições: CSLL, PIS e COFINS. Conforme Sentença, houve a concessão em primeiro e segundo grau da Imunidade Tributária do Imposto de Renda. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. concentrará esforços na busca da imunidade dos demais tributos federais, levando em consideração que a jurisprudência recente dos tribunais superiores é favorável a tese da empresa. A partir do período de apuração de abril de 2018, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. optou em depositar judicialmente o montante integral dos valores devidos a título de Imposto de Renda, com base em decisão judicial proferida na própria ação de Imunidade, assim como no Art. 151, I do Código Tributário Nacional, sendo registrados em seu Ativo Não Circulante, conforme nota explicativa n. 10. Em caso de trânsito em julgado em favor da empresa, esta poderá reaver os valores depositados judicialmente e solicitar repetição do indébito dos períodos anteriores em que recolheu os impostos supostamente indevidos.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



30. Passivos Contingentes

30.1 Contingências de Natureza Regulatória

Atualmente existem 6 (seis) processos de natureza regulatória, sendo considerados de perda provável os processos sancionadores oferecidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários de nº 50300.010010/2019-65 e 50300.011527/2019-71, representando uma provável perda de R\$ 149.737,55 (Cento e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) a Companhia, já reconhecidos no balanço patrimonial conforme nota explicativa n. 15. Os demais 4 (quatro) processos n. 5001184-36.2020.4.04-7216, 50300.004916/2019-41, 50300.015027/2019-17, 50300.006670/2019-41 podem incorrer em perda possível de aproximadamente R\$ 1.284.525,00 (Um milhão, duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais), sendo o mais expressivo no valor de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) do processo 50300.015027/2019-17 relativo a imposição de penalidade em decorrência de não cumprimento de cláusulas do convênio de delegação n. 01/2012.

30.2 Contingências de Natureza Trabalhista

Atualmente a SCPAR Porto de Imbituba S.A. figura como ré em 17 processos de natureza trabalhista, considerados de perda possível ou provável, sendo:

a) FGTS de empregados em comissão: A administração julga como de perda provável as 8 (oito) ações trabalhistas oferecidas por ex-empregados, os quais requerem o pagamento de FGTS da época em que ocuparam cargos de provimento em comissão nesta estatal, totalizando um montante estimado de cerca de R\$ 361.877,36 (Trezentos e sessenta e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), os quais estão descrito na nota explicativa nº 15, envolvendo os processos 00000814-58.2019.5.12.0043, 0000815-43.2019.5.12.0043, 0000015.78.2020.5.12.0043, 0000906-07.2017.5.12.0043, 0000609-08.2018.5.12.0029, 0000193-61.2019.5.12.0043, 0000485-46.2019.5.12.0043, 0000015-78.2020.5.12.0043 e 0000395-04.2020.5.12.0043;

b) Responsabilidade subsidiária de serviços terceirizados: Foi provisionado e reconhecido como de perda provável a quantia aproximada de R\$ 369.773,44 (Trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos) relativos aos processos trabalhistas na contratação de empresas de serviços terceirizados, cuja responsabilidade subsidiária é imputada a SCPAR Porto de Imbituba S.A, conforme autos dos 4 (quatro) processos trabalhistas de n. 0001308-20.2019.5.12.0043, 000047-83.2020.5.12.0043, 0000276-77.2019.5.12.0043 e 00000191-91.2019.5.12.0043.

c) Jornada especial aos advogados: Foi considerado de perda possível a ação trabalhista n. 0000615-07.2017.5.12.0043 em cerca de R\$ 1.700.000,00 (Um milhão e setecentos mil reais) no qual é requerido por empregados a redução da jornada de trabalho conforme Art. 20 da Lei 8.906/1994 e consequente pagamento das horas extraordinárias que excederam ao limite legal.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



d) Reajuste salarial a empregados: A ação trabalhista n. 0000885-31.2017.5.12.0043, cujo pedido é a aplicação isonômica de reajuste salarial concedido no exercício 2014-2015 aos empregados da empresa, tendo sido julgado favoravelmente à estatal em primeiro e segundo graus. Aguarda-se julgamento no TST. O prognóstico é de perda possível e seu impacto é de cerca de R\$ 280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais).

e) Ação Civil Pública por dano moral coletivo: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho cujo pedido final é a condenação desta Estatal e de mais 7 (sete) réus em Danos Morais Coletivos e Individuais em decorrência de supostos danos causados à classe trabalhadora quando da transição da Administração da Autoridade Portuária do Porto de Imbituba quando do término da Concessão à empresa privada Companhia Docas de Imbituba e posterior Delegação ao Estado de Santa Catarina. Foi dada à causa o valor de 10 milhões de reais. Houve Sentença de Mérito, condenando a Estatal solidariamente (junto com os demais réus) para a) Declarar a responsabilidade pelos créditos trabalhistas rescisórios dos ex empregados da Companhia Docas de Imbituba; b) pagamento de danos morais individuais de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para cada ex-empregado do Porto (Companhia Docas); e c) pagamento danos morais coletivos de 10.000.000,00 (dez milhões de reais); Para fins de cálculos, deve ser considerado, no mínimo, 120 pessoas, chegando, portanto, ao valor total de R\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais) a ser pago pelas partes União, ANTAQ, Estado de Santa Catarina, SC Participações e Parcerias S.A. (holding) e SCPAR Porto de Imbituba S.A. A sentença incorreu em algumas inconsistências que serão defendidas via Embargos de Declaração. Houve a interposição de embargos, posteriormente a interposição de Recurso Ordinário, o qual está aguardando decisão. A jurisprudência do TRT12 (Súmula nº 119) e também do TST se mostram favoráveis ao pleito da defesa da Estatal, no entanto não é possível aferir com precisão o resultado final do processo, sendo considerado de perda possível no valor estimado de R\$ 13.600.000,00 (treze milhões e seiscentos mil reais).

30.3 Suspensão de cláusula *take or pay* do contrato de arrendamento TIEGS

A Arrendatária CRB Operações Portuárias S.A. requer a suspensão da obrigatoriedade de pagamento de cláusula de movimentação mínima contratual na modalidade *take or pay* nos autos do processo 5000017-86.2017.4.04.7216. A sentença foi confirmada pelo TRF4 e o pedido julgado procedente em primeiro grau, estando o processo pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Atualmente o processo está concluso para decisão, sendo que a consequência deste processo é a não obrigatoriedade de pagamento em caso da não realização da movimentação mínima contratual estabelecida para o arrendamento de granéis sólidos no Porto.



30.4 Reequilíbrio e Suspensão de Cláusula *take or pay* contrato de arrendamento TECON

A empresa Santos Brasil Participações S.A. protocolou pedido administrativo junto ao Ministério da Infraestrutura por intermédio da Secretaria Nacional de Portos, sob nº 00045.002955/2016-51 no ano de 2016, solicitando a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de arrendamento do Tecon Imbituba que possui junto a SCPAR Porto de Imbituba S.A, o qual encontra-se em análise, aguardando seu julgamento definitivo. Esta obrigação, contratualmente prevista, determina que a arrendatária movimente 360.000 (trezentos e sessenta mil) contêineres por ano contratual em seu terminal, e caso não alcance esta meta deve pagar as tarifas referentes a diferença a Autoridade Portuária. A Companhia tem o direito ao recebimento anual de cerca de R\$ 40 Milhões de reais provenientes deste contrato de arrendamento, sendo que o deferimento de tal pedido impactará significativamente nas receitas da autoridade portuária, comprometendo a lucratividade, o planejamento e reduzindo o potencial de investimentos desta estatal. Atualmente entendemos que o conceito acerca de prejuízos decorrentes de uma decisão administrativa desfavorável a esta estatal é remoto, em razão da vasta fundamentação e elementos de prova a sustentar o pedido, além de existir parecer jurídico opinando pela improcedência dos pedidos formulados pela arrendatária. Entretanto, no início de 2020, a arrendatária Santos Brasil Participações S.A. ajuizou ação pedido liminar nos autos do processo 1025458-21.2020.4.01.3400 e, obteve êxito no pedido formulado e desta forma, a SCPAR Porto de Imbituba está deixando de receber cerca de R\$ 30 (trinta) milhões de reais anualmente à título da parcela de Movimentação Mínima Contratual – MMC em contrato com cláusula “*take or pay*”. As parcelas vencem todos os anos, no quinto dia útil dos meses de maio, junho e julho. Caso não haja reversão da decisão liminar ou ocorra o provimento final dos pedidos, haverá uma redução significativa dos recursos por parte desta Autoridade Portuária. O processo judicial está em fase inicial, tendo o juízo de Brasília declinado a competência para julgamento da demanda para a Vara Federal de Laguna/SC em razão da cláusula de eleição de foro prevista no próprio contrato de arrendamento. Quanto à análise, considerando a liminar concedida, entende-se que é possível a condenação da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e que, neste caso, além de deixar de receber as parcelas referentes ao MMC do TECON arcará também com custas judiciais e honorários advocatícios.

31. Contabilidade Regulatória aplicável ao Setor Portuário

Em 26 de Dezembro de 2016, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários publicou a Resolução Normativa nº 015-ANTAQ, o qual aprovou a norma que dispõe sobre a criação do manual de contas das autoridades portuárias, como parte do sistema de contabilidade regulatória aplicável ao setor portuário. Com base na resolução, as autoridades portuárias deverão prover os ajustes necessários no decorrer do ano de 2017, para aplicação compulsória a partir do ano de 2018. Dentro das principais práticas estabelecidas no manual de contas, cita-se a adoção de regras de custeio e a criação de um plano de contas padronizado, assim como a adoção de critérios de

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



depreciação e amortização dos bens registrados pela Companhia de acordo com as orientações propostas no referido manual. A Companhia apresenta suas demonstrações de acordo com as regras contábeis vigentes no Brasil, em especial as Normas Internacionais de Contabilidade, sendo que as informações nas regras estabelecidas pela agência reguladora são apresentadas em demonstração preparada especificamente para esta finalidade.

32. Política de Distribuição de dividendos

A política de distribuição de dividendos inclui as regras estabelecidas no convênio de Delegação nº 01/2012 na Cláusula terceira, parágrafo terceiro, assim como a política de distribuição de dividendos aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. A importância a ser creditada a título de dividendos não poderá ser superior ao mínimo legal, conforme previsto nos artigos 109, I, 201 e 202 da Lei 6.404/1976. Neste caso a política de distribuição de lucros equivale ao percentual de 25% do lucro líquido apurado no ano calendário, sendo transferido o recurso ao acionista até 30 de Abril do ano subsequente. Entretanto o recurso distribuído a título de dividendos somente será aplicado em ações que reverterão em desenvolvimento ou melhoria das atividades do Porto, mediante aprovação prévia do Poder Delegante.

33. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem os dividendos destinados ao acionista único SC Participações e Parcerias S.A., conforme demonstrado na nota explicativa nº 13 e a cessão de empregados a Companhia. A SCPAR Porto de Imbituba S.A. mantém uma política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia de acordo com os preceitos estabelecidos na Lei Federal 13.303 de 2016.

34. Cobertura de Seguros

A Companhia possui, por força do convênio de delegação, um contrato de seguro para responsabilidade civil da operação portuária com a seguradora AIG Seguros do Brasil S.A. cuja vigência compreende o período de 26 de novembro de 2021 a 26 de novembro de 2022, tendo assegurado as coberturas para responsabilidade civil até o limite de garantia de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e responsabilidade civil do empregador com extensão para o Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO com garantia até o limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com franquia de até 10% (dez por cento) dos prejuízos registrados. Atualmente a Companhia possui seguro patrimonial de toda a frota veicular existente, sendo que em relação aos demais bens existentes sobre a administração da autoridade portuária, até o presente momento não há seguro contratado, sendo que a contratação do mesmo é de responsabilidade da Autoridade Portuária, conforme definido na cláusula quinta do Convênio de Delegação nº 01/2012.

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



35. Eventos Subsequentes

A Companhia julga não haver eventos subsequentes que modifiquem de forma representativa as demonstrações financeiras apresentadas, considerando para efeitos de julgamento a data de 2 de março de 2022.

Fábio dos Santos Riera
Diretor Presidente
CPF: 981.180.997-68

José João Tavares
Diretor de Planejamento e Operações
CPF: 215.989.409-53

Elivelton Luiz Doré
Contador CRCSC: 37.889/O-0
CPF: 079.533.439-75

As Notas explicativas são peças integrantes das demonstrações financeiras



2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



www.portodeimbituba.com.br

Av. Presidente Vargas, 100 - Centro - Imbituba
CEP 88780-000 - Santa Catarina - Brasil
+55 48 3355-8900 | 8977 (Setor Financeiro)
contato@portodeimbituba.com.br



@portodeimbituba





Assinaturas do documento



Código para verificação: **1IU212KZ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ELIVELTON LUIZ DORÉ (CPF: 079.XXX.439-XX) em 08/04/2022 às 16:55:43

Emitido por: "SGP-e", emitido em 21/02/2019 - 17:42:53 e válido até 21/02/2119 - 17:42:53.

(Assinatura do sistema)



FABIO DOS SANTOS RIERA (CPF: 981.XXX.997-XX) em 08/04/2022 às 17:20:19

Emitido por: "SGP-e", emitido em 07/08/2020 - 17:56:35 e válido até 07/08/2120 - 17:56:35.

(Assinatura do sistema)



JOSÉ JOÃO TAVARES (CPF: 215.XXX.409-XX) em 11/04/2022 às 15:25:59

Emitido por: "SGP-e", emitido em 10/08/2021 - 12:33:20 e válido até 10/08/2121 - 12:33:20.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/UEINQl8xMzc3MV8wMDAwMTg4NI8xODg2XzlWmJFfMUlVMjEyS1o=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **PIMB 00001886/2021** e o código **1IU212KZ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.